

*Unofficial English translation follows below*

## **Petrolífera timorense depreciou para zero participação no projeto Greater Sunrise**

*António Sampaio, da agência Lusa*

Díli, 18 nov 2021 (Lusa) - A petrolífera timorense depreciou o valor da participação no projeto da Greater Sunrise, de 673 milhões de dólares (594 milhões de euros) para zero, no final de 2020, indica a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2022.

A decisão surge referida num dos livros que acompanha a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE), atualmente em debate parlamentar, devendo o tema abordado nas audições públicas da Comissão A, de Finanças Públicas, na sexta-feira.

Ao pedido da Lusa para comentar a depreciação, o presidente da petrolífera timorense, António Loiola Sousa, remeteu quaisquer comentários para mais tarde, depois de um diálogo que a Timor Gap tem em curso com o Banco Central de Timor-Leste, gestor do Fundo Petrolífero.

Apesar da operação ser já atribuída a uma decisão de 2020 da Timor Gap, o fundamento da decisão não foi tornado público pela petrolífera, que ainda não apresentou o relatório anual do ano passado.

Os livros orçamentais referentes a 2022, agora no parlamento, citam como fonte da informação as “demonstrações financeiras auditadas” da petrolífera referentes ao ano fiscal de 2020, “fornecidas ao Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero (GPGFP) em 29 de setembro de 2021”.

Naqueles livros, o Governo explica que, segundo as notas nessas demonstrações financeiras consolidadas, “a perda por imparidade foi desencadeada pela incerteza sobre o regime fiscal e regulamentar do Regime Especial do Greater Sunrise”. A decisão foi também condicionada pela “incerteza sobre o conceito de desenvolvimento dos parceiros da ‘joint venture’, revisões das previsões de preços de petróleo e gás de médio e longo prazo e os efeitos esperados do ambiente macroeconómico, da pandemia da covid-19 e dos fundamentos de oferta e procura do mercado de energia”, indica.

A decisão de depreciar o valor do ativo ocorreu no mesmo ano em que a petrolífera australiana Woodside, parceira no mesmo projeto, também registou imparidades de 170 milhões de dólares (149 milhões de euros) no Greater Sunrise.

No projeto, em que a Timor Gap é maioritária e junta também a Osaka Gas, a Woodside justificou a imparidade com o “aumento da incerteza das condições regulatórias, questões fiscais e o conceito de desenvolvimento”.

O Greater Sunrise constitui o maior investimento de sempre do Governo timorense, que utilizou 650 milhões de dólares (570 milhões de euros) do Fundo Petrolífero (FP) para comprar a participação maioritária no consórcio que vai realizar o componente de ‘upstream’ do projeto.

O impacto direto dessa depreciação no valor real do FP deverá ser detalhado no relatório anual do fundo referente a 2020, ainda por apresentar.

No texto do panorama orçamental, o Governo considera o “ajuste do saldo final real do fundo” em 2020, “para uma potencial desvalorização do empréstimo do Fundo à Timor Gap”, uma das “mudanças significativas” no FP, principal fonte dos gastos públicos no país.

“O auditor externo do Fundo informou que o empréstimo deve ser reportado, usando o valor justo em vez do custo amortizado em 2019, que era de 701,35 milhões de dólares em dezembro de 2020”, refere a proposta orçamental.

“O empréstimo foi estruturado com base no facto de que a Timor Gap E.P. fará os reembolsos, e reembolsará o empréstimo com os fluxos de caixa que receber pela participação no projeto Greater Sunrise”, explica.

Sendo que “o valor do empréstimo é incerto”, o Governo considera-o também como zero para o cálculo do valor real do FP e determinar o valor do Rendimento Sustentável Estimado, que se pode retirar do FP sem afetar o rendimento. Documentos sobre a matéria a que Lusa teve acesso incluem um parecer de um escritório de advogados em Díli sobre a operação, assumida por quatro subsidiárias da Timor Gap.

Esse parecer indica que a operação de compra das participações da ConocoPhillips e da Shell no Greater Sunrise “sempre teve um interesse político como pano de fundo, em vez de um interesse puramente económico”.

“A Timor Gap foi utilizada unicamente como veículo para permitir a execução deste investimento, que foi puramente político. Mesmo que Timor-Leste obtenha financiamento de baixo custo e de baixo risco, e a conceção, construção e gestão do projeto Greater Sunrise sejam feitas na perfeição, alguns fatores não estão sob o controlo de Timor-Leste”, refere.

Nesse sentido, considera que “as condições e os termos do processo de financiamento devem ser revistos na esfera política onde todo este processo foi conduzido”.

O parecer adianta que todas as opções para o possível desenvolvimento do campo petrolífero “deveriam ter sido comparadas por peritos independentes, conduzindo a uma decisão baseada apenas na economia, não na política ou na ideologia”. E sublinha que alterações efetuadas no anterior quadro jurídico “destinavam-se a permitir este investimento sem suscitar quaisquer preocupações legais ou contingências importantes”.

Entre as “alterações mais dramáticas” destaca “a renúncia ao controlo financeiro prévio por parte da Câmara de Contas”, explica o parecer, notando que o líder das negociações sobre o projeto, o ex-Presidente timorense Xanana Gusmão, considerou que os acordos de compra da participação “eram demasiado complicados para a Câmara de Contas compreender e que Timor-Leste deveria confiar nos relatórios não revelados da PriceWaterhouseCoopers”.

“Entendemos que o custo e a complexidade dos acordos é precisamente a razão pela qual a transparência e a revisão independente prévia são fundamentais. A verdade é que não foi apresentada mais nenhuma legislação para financiar os milhares de milhões de investimentos adicionais que o projeto Sunrise exigirá”, acrescenta.

ASP // EJ

Lusa/Fim

*Unofficial translation*

## **Timorese petroleum company depreciated its stake in the Greater Sunrise project to zero**

*António Sampaio, Lusa agency*

Dili, 18 Nov 2021 (Lusa) - The Timorese national petroleum company (TimorGAP, E.P.) depreciated the value of its share of the Greater Sunrise project, from \$673 million to zero, at the end of 2020, indicates the proposed General State Budget for 2022.

The decision is mentioned in one of the books that accompanies the draft State Budget bill currently under parliamentary debate, and the issue will be addressed in the public hearings of the Committee on Public Finance on Friday.

When asked by Lusa to comment on the depreciation, the president of the Timorese petroleum company, António Loiola Sousa, referred any comments for later, after a dialogue that Timor Gap is having with the Central Bank of Timor-Leste, manager of the Petroleum Fund.

Although the operation has been attributed to a 2020 decision by Timor Gap, the grounds for the decision have not been made public by the petroleum company, which has yet to present its annual report for last year.

The budget books for 2022, now in Parliament, cite as the source of the information the petroleum company's "audited financial statements" for fiscal year 2020, "provided to the Petroleum Fund Policy and Management Office (GPGFP) on 29 September 2021."

In those books, the government explains that, according to notes in those consolidated financial statements, "the impairment loss was triggered by uncertainty about the tax and regulatory regime of the Greater Sunrise Special Regime." The decision was also constrained by "uncertainty about the Joint Venture partners agreed development concept, revisions to mid and long-term oil/gas price forecasts and the expected effects on margins from the macroeconomic environment, the covid-19 pandemic and energy market demand and supply fundamentals," it indicates.

The decision to write down the value of the asset occurred in the same year that the Australian petroleum company Woodside, a partner in the same project, also recorded impairments of \$170 million on Greater Sunrise.

In the project, of which Timor Gap owns a majority and is joined by Osaka Gas, Woodside justified the impairment with the "increased uncertainty of regulatory conditions, fiscal terms and development concept."

Greater Sunrise is the largest investment ever by the Timorese government, which used \$650 million from the Petroleum Fund (PF) to buy a majority stake in the consortium that will carry out the upstream component of the project.

The direct impact of this depreciation on the real value of the PF should be detailed in the Fund's annual report for 2020, yet to be presented.

In the text of the budget overview, the government considers “adjusting the Fund’s actual end balance in 2020 for a potential devaluation of the Fund’s loan to Timor Gap,” one of the “significant changes” in the PF, the main source of public spending in the country.

“The Fund’s external auditor advised that the loan needs to be reported at fair value rather than its amortized cost, which was \$701.35 million in December 2020,” the budget proposal states.

“The loan was structured on the basis that Timor Gap E.P. will make the repayments from the cash flows it receives from participating in the Greater Sunrise project,” it explains.

Since “the value of the loan is uncertain,” the Government assumes it to be zero for calculating the real value of the PF and determining the value of the Estimated Sustainable Income (ESI), which can be taken from the PF without affecting the income. Documents on the matter to which Lusa had access include an opinion from a law firm in Dili on the operation, taken over by four subsidiaries of Timor Gap.

That opinion indicates that the operation to purchase ConocoPhillips’ and Shell’s stakes in Greater Sunrise “always had a political interest in the background, rather than a purely economic interest.”

“Timor Gap was used solely as a vehicle to enable the execution of this investment, which was purely political. Even if Timor-Leste obtains low-cost, low-risk financing, and the design, construction and management of the Greater Sunrise project is done perfectly, some factors are not under Timor-Leste’s control,” it says.

In this sense, it considers that “the conditions and terms of the funding process should be reviewed in the political sphere where this whole process was conducted.”

The opinion states that all options for the possible development of the petroleum field “should have been compared by independent experts, leading to a decision based solely on economics, not politics or ideology.” And it stresses that changes made to the previous legal framework “were intended to allow this investment without raising any major legal concerns or contingencies.”

Among the “most dramatic changes” was “the waiver of prior financial control by the Chamber of Auditors,” the opinion explains, noting that the leader of the negotiations on the project, former Timorese President Xanana Gusmão, considered that the share purchase agreements “were too complicated for the Chamber of Auditors to understand and that Timor-Leste should rely on the undisclosed reports of PriceWaterhouseCoopers.”

“We understand that the cost and complexity of the agreements is precisely why transparency and prior independent review are critical. The truth is that no further legislation has been introduced to fund the billions of additional investments that the Sunrise project will require,” it adds.

ASP // EJ  
Lusa/End